

Introdução

Este trabalho tem como finalidade proceder a uma síntese dos assuntos abordados na 2ª aula de Problemas da Sociedade e Cultura Contemporânea. Para tal tomei como ponto de partida o artigo “*Modelos Científicos e Práticas Educativas: (breve incursão no séc. XX)*”, da autoria Ricardo Vieira, professor coordenador principal e investigador do Instituto Politécnico de Leiria. Este artigo debruça-se sobre a problemática da Razão e da Emoção nas metodologias educativas, mais precisamente em contexto escolar, as quais o autor considera demasiado diretivas, na medida em que obedecem ao primado da razão, não obstante os estudos que demonstram que a emoção é um fator de vital importância, porque potenciador das capacidades de aprendizagem. Contudo, nos horizontes deste trabalho esteve, também, a intenção de abordar os paradigmas que têm regido a humanidade, e de como foram progressivamente perdendo a hegemonia, muito embora permaneçam de cada um deles alguns laivos ou aspetos, que devido a múltiplas circunstâncias se vão interpenetrando. Como não poderia deixar de ser, o paradigma da Modernidade, que teve o seu início no séc. XVI e se prolongou até limiares do séc. XXI, marcando um período importante da história humana, teve neste trabalho um lugar privilegiado. Para uma melhor exemplificação dos fenómenos da modernidade, procedi a uma breve caracterização do que foi a época Tradicional, a Modernidade e de como essa realidade se tem vindo a alterar até aos nossos dias, facto que nos leva a constatar que estamos perante novo paradigma - O Paradigma Emergente, que vaticina uma nova ordem que já se começa a esboçar. Como veremos nos desenvolvimentos mais adiante, é caso para citar a Lei de Lavoisier cada vez mais uma verdade insofismável: “*Nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*”.

A Humanidade e seus Paradigmas

“*Modelos Científicos e Práticas Educativas: (breve incursão no séc. XX)*”

Ricardo Vieira

O artigo do professor Ricardo Vieira (nd) constitui uma crítica ao sistema educativo que vigorou no séc. XX, na medida em que as metodologias utilizadas nas práticas educativas, apenas reconheciam os modelos científicos que se escoravam na racionalidade, arredando assim a componente emocional. Bem vistas as coisas, a pedagogia escolar e a educação em geral permaneciam na esteira do pensamento que caracterizou a modernidade que Descartes protagonizou, e que coloca a Razão como a única fonte fidedigna da realidade. Assim, tendo em conta o postulado cartesiano, toda a realidade que nos cerca é percecionada por nós, não pela via dos sentidos, mas antes pela via da razão. Com efeito, a fé na razão teve grande incremento na civilização europeia dos séculos XVI e XVII. Todavia, foi no século XVIII que a “mentalidade racional” viria a conhecer o seu apogeu, de tal forma que este século fez história porque inspirador do movimento denominado Iluminismo. O Iluminismo propagandeava-se como o único e verdadeiro saber, como tal teve de travar ferozes batalhas contra os saberes não institucionalizados. A emoção, assim como a religião, o sagrado, o mágico

e a intuição eram vistos como configurações da “desrazão”. Por conseguinte, o Iluminismo trouxe consigo a cultura do mundo moderno, que estribada nos cânones científicos pretendia libertar o homem das amarras que o impediam de se tornar consciente da realidade (Repositorium da Universidade do Minho).

O desenvolvimento do racionalismo e o espírito crítico tornou-se o objetivo fundamental das instituições escolares. Tal como bem refere Ricardo Vieira, “*as Ciências de Educação são mais filhas das ciências experimentais e naturais do que das próprias ciências humanas e sociais*”. O modernismo substituiu a ideia de Sujeito e de Deus da mesma forma que as meditações sobre a alma foram substituídas pela dissecação de cadáveres ou pelo estudo das sinapses do cérebro (Touraine, 1992). A apresentação da primeira escala métrica de medida de inteligência, através da qual se pretendia diagnosticar quais as crianças que seriam incapazes de seguir o ensino primário constituiu mais uma demonstração de que as Ciências de Educação tinham como base os postulados positivistas, que apenas consideram uma realidade que traduz ou obedece a uma lei, ignorando assim todo o potencial humano que as emoções podem fazer despoletar no ser humano (Vieira, (nd). Contudo, os paradigmas pelos quais as Ciências de Educação se regeram no século passado são cada vez mais contestados. Algumas experiências levadas a cabo em instituições têm demonstrado as vantagens de adotar práticas pedagógicas nas escolas que tenham em linha de conta que a criança necessita de ser reconhecida como tal e estimulada por uma motivação e ambiente que, por sua vez, tenha também em linha de conta a crescente maturidade da criança, os seus dotes, as suas necessidades e a sua situação individual no grupo de que faz parte. De facto, o que se pretende é a prática de uma doutrina da educação cujo objetivo não seja apenas o de formar funcionários, mas que o ato de criação, a satisfação que o ser humano sente sempre que realiza uma tarefa, se sobreponha ao objetivo imediato e à sua utilidade. O mesmo será dizer, que a educação deve seguir as etapas da inteligência derivadas da evolução afetiva e dos dons físicos de cada ser (Médici, 2002).

“E quererá também que toda a oficina passe a ser uma escola; que haja o trabalho proporcionado e alegre, amorosamente feito, porque se sabe necessário ao progresso, levado a cabo numa atitude de artista e de voluntário, disciplinado remador na jangada comum; que se não esmaguem as faculdades superiores do operário sob o peso e a monotonia de tarefas sem interesse e sem vida; que se faça a clara distinção entre o homem e a máquina”.

Agostinho da Silva in “Considerações”

As sociedades tradicionais: a lógica local

“A sociedade sustentada pela ideia de Deus e do diabo. Do paraíso e do inferno”

Nos lares da família tradicional em que o trabalho produtivo e o quotidiano familiar estavam associados, a casa era ao mesmo tempo oficina e habitação. Os agregados domésticos incluíam frequentemente, não só a família nuclear, pais e filhos, bem como outras crianças e adultos, assim como os criados que viviam com a família e

trabalhavam a troco de comida e alojamento. A família não tinha uma função afetiva tal como a concebemos hoje, e tinha uma conceção de criança muito diferente da que hoje temos. A infância reduzia-se ao período de maior fragilidade, enquanto a criança não se bastasse a si própria, mas mal começasse a desenvolver-se fisicamente, logo se misturava com os adultos, partilhando os seus trabalhos e divertimentos (Ariès, 1988: 10) in (Silva, 2008). Fazia-se muito a vida de rua, nas festas comunitárias, no lavadouro, etc. As redes sociais existentes nas comunidades tradicionais eram assim extensas, na medida em que incluíam não só os familiares como os vizinhos que se faziam sentir de forma imperiosa (Silva, 2008). As casas só a muito custo escondiam o que se passava no interior, a intimidade era uma noção demasiado nova. Os níveis sócio económicos rapidamente eram percebidos pela aparência exterior, surpreendiam-se gestos, impulsos, laços, ruturas, hábitos e recusas. *A vida fabrica-se na rua a golpes de ternura ou de violência* (Farge, 1979: 18-20) in (Silva 2008). A família era uma unidade produtiva, pois todos os membros da família, inclusive as crianças, davam a sua contribuição para a atividade produtiva. Dominava a multifuncionalidade, que tão bem se expressa na ideia do bricolage, como construção de novos arranjos, com pedaços de saberes. Dominava, também, a alquimia, uma prática antiga que precedeu a química e que envolvia várias práticas, de entre elas o misticismo. Nestas sociedades comunitárias, onde todos eram iguais ou quase iguais, onde todos se assemelhavam porque comungavam dos mesmos sentimentos, dos mesmos valores e do mesmo sagrado vivia-se a solidariedade mecânica.

As sociedades modernas: Sociedades industriais – a lógica nacional

A sociedade sustenta pela ideia da emancipação da sociedade em relação a Deus, que foi substituído pela Ciência

A modernidade firma-se na convicção da capacidade humana para emancipar a sociedade pela via do progresso contínuo do conhecimento e da sua aplicação racional. A modernidade implicou mudanças sociais profundas que dissolveram as formas de organização social que a humanidade conheceu até então. Com a Revolução Industrial houve lugar para o aparecimento de um conjunto de inovações técnicas, como por exemplo, a utilização do vapor para manufaturar a produção e a introdução de novas formas de maquinaria acionadas por tais fontes de energia. Estas invenções técnicas foram apenas parte de um conjunto mais amplo de mudanças sociais e económicas. A transformação mais importante foi a migração em massa da força de trabalho proveniente do campo para os setores de trabalho industrial em franca expansão, o que por sua vez, levou à expansão das cidades (Giddens, 1984: 12-13) in (Silva, 2008). Com o maquinismo surge uma nova classe – o proletariado. O trabalho concentrou-se em fábricas e os países começaram a transformar-se no sentido de uma rápida urbanização e industrialização, que revolucionou as relações de trabalho, as relações familiares e a relações entre os sexos. A industrialização e a urbanização reforçaram as tendências de individualização e de nuclearização da família com diferenciação de papéis sexuais. A figura da mãe era valorizada pela responsabilidade que lhe foi atribuída na educação da

criança, na gestão da economia doméstica e na moralização dos hábitos. Surge o estatuto de profissão, que se define essencialmente pelo reconhecimento oficial das atividades, com base na especialização do saber. A divisão social do trabalho proporciona as situações em que as pessoas apenas desempenham uma tarefa, o taylorismo, de que é exemplo a figura de apertar parafusos caricaturada no cinema pela mão de Charlie Chaple. A modernidade assoma assim como a era do uniformismo.

“O burguês inglês sente-se espantado e chocado com a vida que os operários levam nos períodos em que auferem salários elevados. E, no entanto, é perfeitamente natural e razoável da sua parte que quando possam procurem gozar a vida, em vez de amontoarem uns tostões que a traça e o mofo (ou seja, os burgueses) em breve acabarão por açambarcar” (Engels, 1975: 65).

Na classe operária desenvolvem-se sentimentos como a indignação, a tendência para a vingança, os instintos de revolta contra as classes superiores, o desrespeito crescente pelas ordens dos seus superiores e o declínio da fé nos ensinamentos dos seus superiores espirituais. Como a saúde é uma necessidade da indústria que precisa de mão de obra, nasce a assistência pública que traz como novidade medidas contra os riscos sociais, nas quais se incluem seguros contra os acidentes de trabalho e a doença e, em alguns países, sistemas de reforma. Esta proteção social virá a estar na base do Estado providência. O estado assume-se como responsável pela assistência pública que antes incutia à caridade. O Estado tem um papel cada vez mais interventivo na vida social e económica, é chamado à responsabilidade pelas desigualdades sociais (Silva, 2008). *“Nos Estados-nação, os governos têm amplos poderes sobre muitos aspetos da vida dos cidadãos, promulgando leis que se aplicam a todos os que vivem no interior das suas fronteiras”* (Giggens, 2004: 36) in (Silva, 2008: 61). A nação é a forma política da modernidade, na medida em que substitui as tradições, os costumes, e os privilégios por um espaço nacional integrado, reconstruído pela lei que se inspira nos princípios da razão. Existe uma correspondência entre uma unidade política e a cultura, as sociedades modernas têm necessidade de uma cultura, construída pela e para a nação, ultrapassando as culturas tradicionais e locais que resistem às mudanças. É o Estado nacional que produz através da escola uma cultura nacional. O estado difunde e impõe uma cultura já elaborada, uma língua, que se torna língua nacional. O nacionalismo é a mobilização do passado e da tradição ao serviço do futuro e da modernidade. Faz despertar as culturas do seu território numa tentativa de resistir ao imperialismo estrangeiro e à imposição de modelos culturais estranhos (Touraine, 1992).

As sociedades Pós-modernas: a lógica transnacional

Nas sociedades pós-modernas, os nacionalismos modernizadores estão ultrapassados, já que a economia e a cultura são cada vez mais transnacionais. Se a modernidade associava progresso e cultura, alimentando uma oposição entre culturas ou sociedades tradicionais e culturas ou sociedades modernas, a pós-modernidade dissocia o que tinha sido associado. *“Se o sucesso económico já não depende da racionalidade do engenheiro, mas sim do realismo do estratega, se já não é um efeito da ética protestante*

ou do serviço da nação, mas sim do talento de um economista ou da audácia de um jogador (...) é necessário definir a cultura sem nunca se referir ao progresso da racionalização, saindo, portanto, do domínio da ação histórica” (Touraine, 1992: 221).

Gianni Vattimo (nd) in (Touraine, 1992: 221) aponta duas transformações como fundamentais para definir a pós-modernidade: o fim do domínio europeu sobre o conjunto do mundo e o desenvolvimento dos media que deram voz às culturas locais e minoritárias. A sociedade deixou de ter unidade, nenhuma personagem, nenhuma categoria social, detém o monopólio do sentido, o que levou ao multiculturalismo (Touraine, 1992). O Pós.modernismo caracteriza-se pela sua total aceitação do efêmero, da fragmentação, da descontinuidade, do caótico. O pós-modernismo não tenta sequer transcender ou neutralizar esse facto, pelo contrário, abraça-se às correntes caóticas e fragmentárias de mudança como se elas fossem tudo o que existe (Silva, 2008). Tudo é temporário. As instituições, os quadros de referência, os estilos de vida e as crenças, que mudam ainda antes de terem tempo de se padronizarem em rotinas (Bauman, 2001: 14) in (Silva, 2008). Assiste-se ao enfraquecimento do papel do Estado nacional-social, que garantia um conjunto de proteções na medida em que funcionava como controlador dos principais parâmetros económicos, capaz de garantir o desenvolvimento económico e social com vista à manutenção da coesão social. O Estado torna-se cada vez mais incapaz de exercer o papel de timoneiro da economia ao serviço do equilíbrio social. Assiste-se à erosão das grandes organizações coletivas da defesa dos trabalhadores. O desemprego massivo e a precarização das relações de trabalho provocam consideráveis disparidades intracategorias. A solidariedade dos estatutos profissionais tende a tornar-se na concorrência entre iguais (Silva, 2008). Falência do modelo baseado em situações estáveis de trabalho, o importante agora é ter um trabalho, seja ele o que for – o retorno da multifuncionalidade categorizada pela figura da polivalência, que torna a pessoa mais instruída do que especializada, na medida em que a precariedade no emprego, leva a que na sua vida ativa tome contacto com atividades variadas, sito é, várias profissões. No pós-modernismo acentua-se a dramática diferença entre a rapidez do avanço das técnicas e a lentidão com que avançam as instituições. O capitalismo global é dono e senhor do mundo. A ausência de instrumentos de regulação da economia global agrava a polarização mundial entre ricos e pobres. Segundo Bauman (2001), a modernidade do século XXI caminha para o colapso gradual, o rápido declínio da ilusão do modernismo de que há um caminho que nos leva a uma sociedade boa e justa, a um Estado perfeito. A desregulamentação e privatização das tarefas e deveres deixaram de ser uma tarefa da sociedade para passarem a ser do indivíduo. *“A sociedade substitui a determinação heterónima da posição social pela autodeterminação compulsiva e obrigatória* (Bauman, 2001: 14) in (Silva, 2008).

Conclusão

Quando dei início a este trabalho não tinha a intenção de me prolongar, o importante seria abordar os conceitos principais, no entanto, conforme fui avançado nas pesquisas e nas leituras, dei por mim cada vez mais interessada. Considerei que suprimir

determinados aspetos resultaria num trabalho incompleto. Sendo que estes temas são muito ricos há muito para dizer. Por fim, concluí que a elaboração deste trabalho me foi muito útil, porque me ajudou a entender muitos dos fenómenos atuais. Por outro lado, deixou-me um pouco mais apreensiva porque me parece que esta nova ordem, o novo Paradigma, não tem grande consideração pela questão social. Segundo Santos (2002), no domínio da globalização social, o consenso neoliberal parte da premissa de que o crescimento e estabilidade económicos assentam na redução de custos salariais, logo, é necessário reduzir os direitos laborais e a eliminação a prazo da legislação sobre o salário mínimo. Em relação aos pobres devem de ser adotadas medidas de luta contra a pobreza, que funcionem como paliativos, e não para a eliminar, já que a exclusão é considerada um efeito inevitável do desenvolvimento e crescimento económico na competitividade a nível global. Ora, isto é um retrocesso, e pior do que isso é que parece ser mesmo o que está a acontecer.

Bibliografia

Médici, Angéla. (2002). *A Educação Nova*. Rés-Editora. Biblioteca da Educação. 2ª Edição. Porto.

Santos, B. S. (2002). *Globalização. Fatalidade ou utopia?* Edições Afrontamento. 2ª Edição. Coleção A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização. Porto.

Silva, L. F. (2008). *Modernidade e Desigualdades Sociais*. Universidade Aberta. Lisboa

Touraine, A. (1992). *Crítica da Modernidade*. Instituto Piaget. Lisboa.

Webgrafia

Vieira, R. (nd). Modelos Científicos e Práticas Educativas. *Página da Educação*. Acedido em 10/03/12 no site

<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=79&doc=7655&mid=2>

Sem autor (nd). Organizações. Universidade do Minho. Acedido em 10/03/12 no site

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4683/7/CAP%C3%8DTULO%20IV%20Organiza%C3%A7%C3%B5es.pdf>

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.